

apresentação

O ano de 2009 é uma oportunidade ímpar para este periódico temático, que dedica este número à Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois o Brasil irá sediar, em dezembro, na cidade de Belém, no Estado do Pará, a VI Conferência Internacional de Educação de Adultos – VI Confintea –, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a exemplo do que vem acontecendo desde 1949. Esse evento possibilitará um amplo debate sobre a realidade da EJA em todo o mundo.

Neste *Em Aberto*, evidenciam-se as questões atuais e relevantes que, na educação brasileira, são relativas à EJA, que já foi tema deste periódico no ano de 1992 (v. 11, n. 56). Naquela ocasião, a questão central do Enfoque, coordenado por Sérgio Haddad, foi *Tendências atuais na educação de jovens e adultos*. Os Pontos de Vista versavam sobre as políticas das organizações internacionais para educação, as políticas para EJA no Brasil, as perspectivas da educação popular na década de 1990, a questão dos jovens e a educação, a educação para os trabalhadores e a política de educação pública popular para jovens e adultos.

Nesses 17 anos que separam esta daquela publicação, percebe-se que a educação de jovens e adultos no Brasil passou por inúmeras mudanças, expressas por diferentes ações, programas e projetos que, marcados por um arcabouço legal e normativo, revelam outra concepção política e contribuem para uma reconfiguração desse campo educacional. O reconhecimento da EJA como direito de todos à educação, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, e como modalidade da educação básica, prevista na Lei nº 9.394/96, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional,

tem demandado, de quem atua nesse campo, uma capacidade de articulação intensa, visando garantir o avanço do atendimento da escolarização de jovens e adultos numa perspectiva de política pública.

O contexto da EJA nas duas últimas décadas será, portanto, o foco desta análise, que pretende dar visibilidade ao processo de construção da educação de jovens e adultos como política pública partindo de dois eixos referenciais: o primeiro com artigos que abordam uma análise mais abrangente da política nacional e internacional de EJA; o segundo com uma discussão centrada na reconfiguração do currículo desse campo educacional expressa em programas nacionais, apontando alguns desafios presentes. Aos leitores do *Em Aberto*, como na publicação de 1992, esta edição de 2009 espera oportunizar a percepção do movimento histórico de constituição da EJA como modalidade de ensino, com suas contradições, rupturas e permanências, próprias da dinâmica histórica da realidade educacional.

Os ensaios e os resultados de pesquisas, que se apresentam a seguir, contam com a participação de autores de diferentes instituições e Estados brasileiros, representando parte da diversidade de sujeitos que hoje tratam da EJA, todos numa atuação acadêmica e política muito intensa no campo da educação de jovens e adultos, em especial nas temáticas sobre as quais se debruçam em seus artigos. Por isso, optamos por apresentar não apenas os artigos, mas também um pouco de seus autores, para que o leitor possa perceber de que lugar eles falam.

Na seção Enfoque, Maria Margarida Machado, professora da Universidade Federal de Goiás e membro do Fórum Goiano de EJA, no texto *A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública*, situa e analisa historicamente as ações do governo federal voltadas para a educação de jovens e adultos, nos seus marcos legais/operacionais e políticos, no período de 1996 a 2009, buscando compreender como a relação entre o Estado e a sociedade civil interferiu ou não na consolidação desse campo como política pública.

A seção Pontos de Vista inicia com Timothy Denis Ireland, professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) desde 1979 e, atualmente, cedido à Representação da Unesco no Brasil, como ponto focal para a VI Confintea. Seu texto *Vinte anos de Educação para Todos (1990-2009): um balanço da educação de jovens e adultos no cenário internacional* traz duas variáveis importantes para a compreensão do campo: de um lado, a abrangência do “todos” na chamada da educação para todos e, de outro, a amplitude do conceito da educação – educação refere-se à escolaridade ou aos processos de aprendizagem ao longo da vida? Para responder a essa questão, o autor apresenta os fundamentos dessas duas variáveis, sintetizadas nos principais documentos e conceitos formulados em eventos internacionais, finalizando com a análise das principais características de programas, políticas e estratégias internacionais para a EJA no período pós-Hamburgo, demonstrando a nova orientação conceitual que predomina e os desafios que isso representa para a VI Confintea.

Jane Paiva, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e membro do Fórum de EJA do Rio de Janeiro, no texto *A construção coletiva da política de educação de jovens e adultos no Brasil*, trata do que tem sido a construção

coletiva da política de educação de jovens e adultos no Brasil, especialmente nos recentes doze anos, buscando desafiar entendimentos e concepções que forjam, ainda hoje, os sentidos dessa educação. O artigo apreende o momento histórico nacional da EJA, com base nos conceitos de direito e democracia, a partir de dois movimentos que se imbricam e se completam: o movimento internacional de preparação para a VI Confintea e o nacional, o qual, motivado pela preparação para a V Confintea (1997), inaugurou Fóruns de EJA que, em menos de dez anos, ocuparam todas as unidades da Federação.

Eliane Ribeiro Andrade, professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e da Uerj e membro do Fórum de EJA do Rio de Janeiro, Luiz Carlos Gil Esteves, também professor da Unirio e da UERJ, e Edna Castro de Oliveira, professora da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e membro do Fórum de EJA do Estado do Espírito Santo, no texto *Composição social e percursos escolares dos sujeitos do ProJovem: novos/velhos desafios para o campo da educação de jovens e adultos*, têm como foco refletir sobre o arranjo curricular desenhado para o desenvolvimento do ProJovem Urbano, fundamentado na aposta de articulação entre a elevação de escolaridade, com certificação de conclusão de ensino fundamental, e a qualificação profissional (formação básica), com certificação, por meio do incremento de arcos ocupacionais e do desenvolvimento de projetos de ação comunitária. A análise apresenta o alcance, os limites, os desafios e as possibilidades de currículos e projetos pedagógicos próprios, concebidos na instância federal e desenvolvidos pelos poderes locais, destacando a questão específica da juventude.

Dante Henrique Moura, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), e Rosa Aparecida Pinheiro, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e membro do Fórum de EJA desse Estado, no texto *Curriculum e formação humana no ensino médio técnico integrado de jovens e adultos*, analisam a implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (Projeja), refletindo sobre as possibilidades de integração entre o ensino médio e os cursos técnicos de nível médio na modalidade EJA. Os autores discutem a organização curricular do ensino médio integrado, tendo como eixos estruturantes trabalho, ciência e tecnologia e cultura, objetivando contribuir para o debate político e teórico-metodológico acerca das possibilidades de construção do ensino médio integrado como política pública educacional.

Manoel Rodrigues Portugues, professor da Prefeitura Municipal de Guarulhos, com cerca de 15 anos de atuação no sistema penitenciário do Estado de São Paulo, no texto *Educação de jovens e adultos presos: limites, possibilidades e perspectivas*, tem por objeto a educação nas prisões, visando apresentar e problematizar seus desafios e indicar perspectivas rumo à constituição de uma política pública de educação para jovens e adultos presos. Reivindica – na esperança de se poder caminhar em direção ao acometimento da impenetrabilidade, do isolamento e da entropia da gestão penitenciária – a participação do poder público municipal na gestão dessa educação.

Elisiani Vitória Tiepolo, professora das Faculdades Integradas do Brasil (Unibrasil), em Curitiba, coordenadora pedagógica do Concurso Literatura para Todos

da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação (MEC), no texto *Uma política de leitura para todos: leitores e neoleitores*, caracteriza os neoleitores como aqueles que iniciam sua caminhada na leitura de textos escritos, mas que podem ser considerados letrados, uma vez que possuem referências da literatura oral e experiências de leitura compartilhadas com outras pessoas escolarizadas, dominam linguagens não-verbais, transitam em uma sociedade letrada, etc. Considerando que essas referências podem ser pontes para o trabalho com a leitura no processo de alfabetização de jovens e adultos, o artigo apresenta as ações previstas na Política de Acesso à Leitura, elaborada pela Secad/MEC, visando oferecer alternativas para estimular essa prática, e destaca a necessidade de criação de uma cultura de leitura na qual o neoleitor possa sentir-se pertencente a uma comunidade.

Na seção final, apresentamos uma bibliografia comentada com vista a evidenciar outros temas debatidos nos últimos dez anos no campo da EJA, priorizando os textos publicados nos dois livros que resultaram do I e II Seminários de Formação de Educadores de Jovens e Adultos, realizados, respectivamente, em 2006 e 2007, os livros da Série Avaliação, que faz parte da Coleção Educação para Todos, do MEC, voltados para o campo da educação de jovens e adultos, e os documentos-base dos programas voltados para EJA e publicados pelo MEC. Além dessa bibliografia comentada, em tempos de disseminação das Tecnologias da Informação e Comunicação, apresentamos aos leitores um sítio hoje referência para pesquisadores em EJA – www.forumeja.org.br –, que hospeda a produção em texto, vídeo e áudio dos fóruns de EJA do Brasil, destacando ainda a produção do Grupo de Trabalho (GT) nº 18 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e a produção da rede de pesquisas vinculadas ao Edital Proeja/Capes/Setec.

Finalmente, nossos agradecimentos aos autores que colocaram suas reflexões à disposição desta publicação, aos editores e à equipe do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), pela acolhida dessa proposição de um número do *Em Aberto* voltado para a educação de jovens e adultos. Chamamos os leitores para o acesso aos textos, numa atitude de debate permanente das questões destacadas pelos autores, que deixam seus contatos por *e-mail*, para as profícias interlocuções, que, seguramente, contribuirão para o fortalecimento da defesa da EJA como política pública.

Maria Margarida Machado
Organizadora